

por D. João V, visando em sua grande maioria disciplinar a mineração no Brasil, através do combate à sonegação e do aumento e eficiência da arrecadação fiscal. Todos pertencem à gaveta II, maço 4. Fazem exceção ao assunto dessas leis as de 20 de março de 1736, pela qual el-rei estabelecia um limite no número de navios que podiam ir das ilhas para o Brasil, e de 20 do mesmo mês e ano, pela qual era proibida a remessa de tabaco do estrangeiro para as **conquistas** portuguesas.

No volume segundo, temos apenas três documentos: 1. uma sentença datada de 5 de maio de 1557 contra Jorge de Figueiredo, capitão da capitania de São Jorge do Rio dos Ilhéus, atingindo ainda Lucas Giraldes e Fernando Álvares no tocante ao pagamento da dizima na Alfândega de Lisboa, sobre as mercadorias que viessem daquela capitania (gaveta X, maço 1, documento 12); 2. sentença pela qual el-rei foi “absolto” das dez léguas que Manuel Coutinho Pereira pedia na costa do Brasil (gaveta X, maço 11, documento 17) e, finalmente, 3. uma escritura datada de 6 de abril de 1718, a qual se refere à compra que D. João V fizera da capitania do Espírito Santo a Cosme Rolim de Moura (gaveta III, maço 1, documento 20).

Quanto ao terceiro volume, é o mais pobre no tocante ao Brasil, pois apresenta apenas um documento: O juramento feito pela cidade da Bahia a el-rei D. Filipe I, em 19 de maio de 1582. Está na gaveta XIII, maço 7, documento 18.

Continua assim o Centro de Estudos Históricos Ultramarinos cumprindo um ambicioso e exemplar programa, que visa colocar ao alcance dos historiadores, não só os riquíssimos recheios dos arquivos portugueses, como se outros vários arquivos espalhados pelo mundo, que contenham documentação de interesse para a história da nação lusitana, e direta ou indiretamente, para a história de inúmeros outros países.

JOSE' ROBERTO DO AMARAL LAPA

*

* *

IRIA (Alberto). — **Da navegação portuguesa no Índico no século XVII.** Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. Lisboa, 1963, 309 págs.

Valendo-se do opulento acervo documental conservado no Arquivo Histórico Ultramarino, cuja direção está entregue à sua alta competência, o historiador português Alberto Iria acaba de dar-nos valiosa seleção de textos manuscritos, em sua maior parte inéditos, referentes à empresa efetivada por Portugal no século XVII no Oceano Índico.

A obra é enriquecida pelo extenso **preâmbulo**, que se intercala ao longo do amplo inventário, em ordem cronológica, dos documentos ligados àquêle oceano.

Este trabalho resultou da comunicação que o autor fez ao **II Congresso da Associação Histórica Internacional do Oceano Índico**, realizado simultaneamente com o **VI Colóquio Internacional de História Marítima**, no período de 13 a 20 de agosto de 1962, em Lourenço Marques, capital de Moçambique (conforme o número especial que a revista *Stvdia* dedicou a ambos os conclave).

Limitando ao século XVII a coleta dos documentos que comentou, isso por força do fato de ser este o período em que a documentação daquele Arquivo sobre o Oriente português é a mais rica, o autor fez assim coincidir o seu trabalho com um período bastante significativo para a história da navegação portuguesa, cujos domínios já anteriormente consolidados, apresentavam nessa altura entretanto cada vez mais pronunciado declínio, sob a disputa de diferentes nações, particularmente a Holanda, que interessadas naqueles mercados, perpetravam sucessos que implicavam a própria sobrevivência do império português na área afro-asiática.

Dessa maneira, o trabalho do autor representá contribuição indicativa de fontes das mais sugestivas para o estudo dos historiadores, responsáveis já estes pela formação de uma biblioteca de alto nível sobre a presença portuguesa no Índico.

Problemas bastante interessantes nos sugerem os textos documentais ora coligidos. No tocante à **Carreira da Índia** vêm eles trazer precioso conjunto de informações sobre os vencimentos e vantagens das tripulações, passageiros regulares e clandestinos, processos de recrutamento para preenchimento dos "claros" a bordo, reparos das naus, problemas de navegação, identificação de tripulantes, abastecimento, motins a bordo, além de inúmeras notícias sobre os portos portugueses.

Permitirá também a indicação desta coleção de documentos, em sua maior parte constantes dos chamados **Papéis Avulsos** da Índia e de Moçambique, que se possam complementar ainda mais os levantamentos atinentes às viagens e aos barcos portugueses das grandes navegações, os quais vêm sendo realizados ao longo destes quatro séculos por vários autores que vão desde Luís de Figueiredo Falcão e Simão Ferreira Pais até Antônio Marques Esparteiro, este em nossos dias, como também aqueles levantamentos que se referem às tripulações e oficiais ligados à construção naval, que vão, desde Sousa Viterbo até Frazão de Vasconcelos, este já nosso contemporâneo.

Pela própria natureza da obra, como pelos objetivos que se propôs cumprir, teria sido mais trabalhoso, mas bastante mais útil ao leitor comum e ao especialista, que o autor ordenasse melhor o conjunto de documentos que reuniu, no sentido de dispô-los dentro da observância cronológica estrita que foi o processo aceito para a exposição, com uma divisão capitular que aliviasse o preâmbulo em benefício da amenidade da leitura, da compreensão e mesmo destinação do leitor mais interessado.

Assim, também, os recursos documentais e bibliográficos que poderiam ir ao encontro desses objetivos, seriam os índices de assuntos e onomástico.

Reclamará ainda o leitor mais interessado uma explicação do autor sobre o porquê de certos manuscritos terem merecido menor referência, ou quase tão-somente uma menção de passagem, enquanto que outros foram examinados com bem maior detenção. Isto porque nos dão impressão, os textos assim aparentemente rejeitados, que a sua conveniência é perfeita ao se pretender a compreensão de todos os ângulos daquela empresa náutica.

Por sua vez, a própria indicação dos manuscritos, quase sempre constantes de **Papéis avulsos**, acreditamos que mereceria mais detalhes, com a única finalidade de facilitar também o pesquisador interessado em tais documentos.

Referimo-nos ao esclarecimento sobre se se trata de manuscritos catalogados ou não, bem como sobre o número da caixa ou maço em que estão, pois, sem isto a localização do documento torna-se extremamente difícil e demorada, a não ser que os manuscritos da Índia estejam arquivados de tal modo que a simples indicação do ano seja suficiente para a sua pronta determinação, o que não deve acontecer, uma vez que o próprio autor menciona sempre a **capilha** (térmo que nos arquivos portugueses deve indicar o que nós chamaríamos aqui de **pasta**, e na qual se guarda um manuscrito ou maço de manuscritos), desde que ela trouxesse uma indicação útil ao leitor, como a data do documento por exemplo.

A amizade e admiração que temos pelo dr. Alberto Iria é que nos anima a estas observações construtivas para dar justamente maior alcance ao seu trabalho, já assim tão meritório, mas que com toda a certeza, pela premência de tempo de que dispôs para apresentá-lo, não pôde atender melhor a essas exigências.

Completam o volume 40 excelentes reproduções fotográficas de gravuras portuguesas e de outras nacionalidades, mapas, aquarelas e até mesmo uma tela a óleo, conservados também no Arquivo Histórico Ultramarino, que nos mostram bem a riqueza da iconoteca que há no Palácio da Ega.

Destacou ainda o autor vários documentos, como cartas, registros, despachos, relações, alvarás, assentos e requerimentos, que vão em apêndice, enriquecendo assim sobremaneira este seu último trabalho, que por sua vez acrescenta-se à excelente bagagem que ele já possui sobre a História de Portugal.

JOSE ROBERTO DO AMARAL LAPA

*

* *

CAILLARD (Michel), DUVAL (M.), GUILLOT (Ph.) e GRICOURT (Mary). — *A travers la Normandie des XVIIe et XVIIIe siècles*. Introdução de Pierre Chaunu. Cahiers des Annales de Normandie, n.º 3, Caen, 1963.